



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERENCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E ATOS CONGÊNERES

PROCESSO Nº 60586.000383/2019-22

**TERMO DE CONTRATO Nº 023/2019-MD, QUE FAZE
POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA
ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DEADI) E
COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.**

A **UNIÃO**, entidade de direito público interno, por intermédio do **MINISTÉRIO DA DEFESA (MINISTÉRIO DA DEFESA)/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DEADI)**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "Q", na cidade de Brasília-DF, CEP 70049-900, CNPJ nº **03.277.610/0001-25**, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, Senhor **ADRIANO PORTELLA DE AMORIM**, nomeado pela Portaria nº 2.083/Casa Civil, de 25/10/2016 (publicada no DOU nº 206, de 26/10/2016), delegação de competência advinda da Portaria nº 101/SEORI/SG, de 16/3/2016 (publicada no DOU nº 57, de 24/3/2016), inscrito no CPF nº 012.201.397-26, portador da Carteira de Identidade nº 1648897 – SSP/DF, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF nº **72.381.189/0006-25**, sediada no Avenida da Emancipação nº 5000, Parte B, Bairro Parque dos Pinheiros, CEP 13184-654 - Hortolândia, SP, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **GUSTAVO CATALINO MARECOS LEIVA**, paraguaio, casado, engenheiro eletricitista, portador do RNE nº V094760-2CGPI/DIREX/DPF, CPF nº 902.840.200-44, conforme autorização constante do processo 60586.000383/2019-22 e com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação complementar, bem como nas cláusulas e condições seguintes, firmam o presente instrumento de contrato, do qual fazem parte, como peças integrantes:

- I – Edital de Pregão Eletrônico Demap nº 88/2018, de 24 de setembro de 2018;
- II - Proposta da **CONTRATADA**, de 16 de outubro de 2018; e
- III - Declaração para fins de contratação, nos moldes do Anexo 7 do Edital.

II – OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto o registro de preços para aquisição de dezesseis microcomputadores *notebooks* ultrafinos com *docking station*, bem como licenças de *software* e os respectivos serviços de suporte, assistência técnica *on-site* e garantia por 60 (sessenta) meses, ao Ministério da Defesa, em Brasília, observadas as Especificações Básicas constantes do Anexo 1 do edital do Pregão Eletrônico Demap nº 88/2018.

PARÁGRAFO ÚNICO - O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

III – VIGÊNCIA E PRAZOS

CLÁUSULA SEGUNDA - A duração deste contrato é de 12 (doze) meses, compreendendo o período de **11 de junho de 2019 a 10 de junho de 2020**.

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no §1º do Art. 57 da Lei nº 8666/1993, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

Parágrafo Segundo - O **MINISTÉRIO DA DEFESA** não pode prorrogar o contrato quando:

I - os preços estiverem superiores aos de mercado ou aos estabelecidos como limites em Portarias do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços;

II - a **CONTRATADA** tiver sido:

- a) declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do **MINISTÉRIO DA DEFESA**, enquanto perdurarem os efeitos;
- b) proibida de contratar com o Poder Público por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, art. 22, inciso III, e Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 20, inciso V);
- c) proibida de contratar com o Poder Público, na pessoa de seus dirigentes e sócios, em razão de improbidade administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, art. 12), pelo prazo fixado;
- d) condenada à suspensão ou interdição de suas atividades por atos lesivos à administração pública (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, art. 19).

Parágrafo Terceiro - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação devem ser eliminados como condição para a renovação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** tem os seguintes prazos, em conformidade com as Especificações Básicas do Anexo 1 do Edital do Pregão Eletrônico Demap nº88/2018, sob pena das sanções contidas no Título XIV - Sanções Administrativas:

I - até **30 dias corridos**, contados a partir da data da assinatura deste Contrato para a entrega do objeto;

II - **60 meses** para garantia de funcionamento de todos os componentes, exceto as baterias, assistência técnica e manutenção corretiva, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD);

III - **36 meses** para garantia de funcionamento das baterias, assistência técnica e manutenção corretiva, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

Parágrafo Quinto - O **MINISTÉRIO DA DEFESA** manifestar-se-á formalmente quanto à entrega do objeto no prazo máximo de **5 dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao seu efetivo recebimento.

Parágrafo Sexto - A **SOLUÇÃO** estando em perfeito funcionamento e adequação ao objeto desta avença, o **MINISTÉRIO DA DEFESA** emitirá o **Termo de Recebimento Definitivo (TRD)**.

Parágrafo Sétimo - A recusa no recebimento da solução será comunicada à CONTRATADA, com as devidas justificativas, dentro do prazo previsto no Parágrafo Quinto desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - Na hipótese do MINISTÉRIO DA DEFESA recusar a SOLUÇÃO, o MINISTÉRIO DA DEFESA decidirá pela contagem ou não de novo período de avaliação, dependendo do grau de severidade do problema ocorrido e da correção adotada.

Parágrafo Nono - A validade da garantia de funcionamento dar-se-á exclusivamente a partir da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) da solução proposta e sua vigência não poderá ser confundida com a vigência contratual.

IV - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA TERCEIRA - São obrigações da CONTRATADA:

I - cumprir fielmente este contrato, de modo que com segurança e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, de acordo com as Especificações Básicas constantes no Anexo 1 do Edital do Pregão Eletrônico Demap nº88/2018;

II - fornecer os recursos materiais e humanos necessários à entrega dos produtos objeto do contrato, responsabilizando-se por todas as despesas e encargos, de qualquer natureza, exceto quando se tratar de atividades expressamente atribuídas ao MINISTÉRIO DA DEFESA, segundo a lei, o edital ou o contrato;

III - designar preposto responsável pelo atendimento ao MINISTÉRIO DA DEFESA, lotado na cidade Brasília - DF, devidamente capacitado e com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto do contrato;

IV- manter atualizados os dados bancários para os pagamentos e os endereços, telefones e e-mail para contato;

V - solicitar, em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento das suas obrigações contratuais, exceto aquelas que são de fornecimento obrigatório pelo MINISTÉRIO DA DEFESA, nos termos do contrato;

VI- prestar os esclarecimentos solicitados pelo MINISTÉRIO DA DEFESA, relativamente ao fornecimento;

VII - acatar integralmente as exigências do MINISTÉRIO DA DEFESA quanto , inclusive providenciando a imediata correção das deficiências apontadas;

VIII - guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste contrato;

IX - remeter as correspondências destinadas ao MINISTÉRIO DA DEFESA e decorrentes da execução deste contrato à atenção do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DETIC , (), citando o número do contrato a que se referem;

X - manter, durante toda a fase de fornecimento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, informando ao MINISTÉRIO DA DEFESA a superveniência de eventual ato ou fato que modifique aquelas condições;

XI - efetuar o pagamento de multas, indenizações ou despesas impostas por órgãos fiscalizadores da atividade da CONTRATADA, bem como suportar o ônus decorrente de sua repercussão sobre o objeto deste contrato;

XII - efetuar o pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, indenizações por acidente de trabalho e quaisquer despesas decorrentes de sua condição de empregadora, referentes ao objeto, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicação e autenticação do contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;

XIII - fiscalizar o cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe integralmente os ônus daí decorrentes, necessariamente já incluídos no preço contratado, independentemente da fiscalização exercida pelo MINISTÉRIO DA DEFESA;

VIX - encaminhar, sempre que informações anteriores forem alteradas ou por ocasião de prorrogações contratuais, nova declaração para fins de contratação, nos moldes do Anexo 7 do Edital de Pregão Eletrônico Demap nº 88/2018, devidamente atualizada;

XV - comprovar a origem de bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega, sob pena de rescisão contratual e multa;

XVI - adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do fornecimento de produtos, atendendo aos critérios estabelecidos no item 3 do Anexo 1 do Edital de Pregão Eletrônico Demap nº 88/2018:

a) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

b) adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SLTI/MPDG;

c) observar a Resolução nº 20, de 7 de dezembro de 1994, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

d) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

e) realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

f) realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que deve ser procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da Instrução Normativa nº 6, de 3 de novembro de 1995, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE, e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

g) respeitar as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

h) prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução nº 401, de 4 de novembro de 2008, do Conama.

V – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA – São de responsabilidade da CONTRATADA eventuais transtornos ou prejuízos causados ao MINISTÉRIO DA DEFESA, provocados por imprudência, imperícia, negligência, atrasos ou irregularidades cometidas durante o fornecimento contratado.

Parágrafo Único – Na hipótese de que trata esta Cláusula, o MINISTÉRIO DA DEFESA fica autorizado a descontar o valor correspondente aos danos sofridos da garantia do Contrato ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

VI - OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DA DEFESA

CLÁUSULA QUINTA - São obrigações do MINISTÉRIO DA DEFESA:

I - fornecer à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários ao fornecimento do objeto deste contrato;

II - indicar, até o 5º (quinto) dia útil de vigência do contrato, os nomes dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato e pelo recebimento dos serviços executados, na forma dos Títulos VII (Gestão e Fiscalização do Contrato) e VIII (Recebimento dos Serviços) do contrato;

III - efetuar os pagamentos devidos na forma prevista neste contrato.

VII – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA SEXTA - No curso do fornecimento, é obrigação do MINISTÉRIO DA DEFESA acompanhar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa e quantitativa dos produtos.

Parágrafo Primeiro - A gestão do contrato está a cargo do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DETIC em Brasília (DF), por meio da sua Coordenação de Apoio aos Usuários de Informática – COINF, localizada no Edifício-Sede do Ministério da Defesa, Bloco Q, CEP 70049-900 – Brasília-DF.

Parágrafo Segundo - A fiscalização do contrato será realizada por servidor(es) designado(s) em portaria, devendo os nomes dos designados ser comunicados à CONTRATADA.

Parágrafo terceiro – O acompanhamento exercido pelo MINISTÉRIO DA DEFESA não implica corresponsabilidade sua ou dos servidores designados para a fiscalização do contrato, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA por danos que, em decorrência de culpa ou dolo, sejam causados ao MINISTÉRIO DA DEFESA ou a terceiros.

Parágrafo Quarto - As deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, comunicadas por escrito pelo MINISTÉRIO DA DEFESA, devem ser imediatamente corrigidas pela CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis.

VIII - RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

CLÁUSULA SÉTIMA - O objeto deste contrato será recebido mediante emissão do termo de recebimento definitivo.

CLÁUSULA OITAVA - No caso de entrega de objeto referente a este contrato, que exija posterior confirmação de especificações e quantidades, deverá ser apostado o carimbo “Sujeito a Conferência” no verso do documento comprobatório da despesa.

CLÁUSULA NONA - A contagem do prazo para pagamento será iniciada somente depois de verificada a conformidade do objeto, juntamente com o devido recebimento, e o documento comprobatório da despesa ser atestado por servidor(es) responsável(is).

CLÁUSULA DÉCIMA - O recebimento de que trata a Cláusula Sétima está a cargo dos servidores designados para a fiscalização do contrato.

IX - PREÇO E PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O valor total estimado do objeto executado pela CONTRATADA é de **R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil)**, conforme descrito a seguir:

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade de Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	Microcomputador <i>notebook</i> ultrafino com <i>docking station</i>	Dell/Latitude 7490	Unidade	16	7.875,00	126.000,00

Parágrafo Único - No valor do contrato estão incluídas todas as despesas com mão de obra, taxas, emolumentos e quaisquer encargos diretos ou indiretos, enfim, todos os componentes de custo dos produtos necessários à execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O pagamento dos produtos contratados é realizado após a apresentação do documento de cobrança (nota fiscal, nota fiscal simplificada, documento auxiliar da nota fiscal eletrônica - Danfe, fatura, fatura comercial e outros) pela CONTRATADA e obedece ao procedimento descrito nos parágrafos a seguir.

Parágrafo Primeiro - O documento de cobrança deve ser emitido e apresentado após a prestação do objeto, observando os prazos fixados pela legislação em vigor, devendo também:

I - conter a referência “Contrato MINISTÉRIO DA DEFESA/nº 023/2019-MD”;

II - conter no corpo do documento a descrição dos produtos, os quais devem obrigatoriamente corresponder ao objeto do contrato;

III - discriminar as parcelas a serem pagas relativas aos serviços, se for o caso;

IV - discriminar os valores correspondentes aos tributos a serem retidos pelo MINISTÉRIO DA DEFESA, conforme legislação específica da Secretaria da Receita Federal do Brasil, sem alterar o valor bruto dos produtos em razão dessas deduções;

V - discriminar o valor correspondente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e sua alíquota, além de fazer constar no corpo do documento de cobrança a expressão “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, se for o caso.

Parágrafo Segundo – A efetivação do pagamento depende, da parte da CONTRATADA, de:

I - regularidade fiscal, que pode ser verificada, pelo MINISTÉRIO DA DEFESA, por consulta on line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf ou aos sítios eletrônicos oficiais, ou comprovada pela CONTRATADA mediante apresentação, junto com o documento de cobrança, de prova de:

a) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) regularidade com a Fazenda Federal e, quando for o caso, perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) regularidade perante a Seguridade Social, conforme dispõe o art. 195, §3º, da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), relativa ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

II - inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante consulta *on-line*, pelo MINISTÉRIO DA DEFESA, ao sítio do Tribunal Superior do Trabalho, ou apresentação pela CONTRATADA de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Parágrafo Terceiro - O documento de cobrança referente à execução do objeto, endereçado ao DETIC/COINF, deve ser:

I - encaminhado para Gilberto Barrios da Silva (gilberto.barrios@defesa.gov.br), quando em forma eletrônica;

II - entregue mediante recibo no Protocolo do MINISTÉRIO DA DEFESA, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco Q, CEP 70049-900 – Brasília - DF, quando em papel.

Parágrafo Quarto - O gestor ou o fiscal técnico do contrato têm o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da apresentação do documento de cobrança, para aprová-lo ou devolvê-lo à CONTRATADA.

Parágrafo Quinto - O documento de cobrança, caso aprovado, é pago pelo MINISTÉRIO DA DEFESA no prazo de até 12 (doze) dias úteis após sua apresentação, independentemente de nele constar outra data de vencimento.

Parágrafo Sexto - Em caso de mora no pagamento, o MINISTÉRIO DA DEFESA pode pagar à CONTRATADA, a título de compensação financeira, 0,5% (meio por cento) ao mês sobre o valor do documento de cobrança pendente, calculado *pro rata die*.

Parágrafo Sétimo - É motivo de rejeição do documento de cobrança pelo MINISTÉRIO DA DEFESA a existência de vícios que impeçam o pagamento.

Parágrafo Oitavo - Constituem vícios do documento de cobrança:

I - descumprimento de qualquer das exigências do Parágrafo Primeiro;

II - utilização, para a emissão do documento, de número de inscrição no CNPJ distinto do utilizado pela CONTRATADA para a assinatura do contrato;

III - inexatidão na descrição dos serviços ou na indicação dos preços;

IV - utilização de códigos na descrição dos serviços sem as correspondentes discriminações no próprio corpo do documento de cobrança;

V - existência de rasuras, emendas ou ressalvas.

Parágrafo Nono - O documento de cobrança rejeitado pelo MINISTÉRIO DA DEFESA é devolvido à CONTRATADA com informação dos motivos da devolução, para que sejam efetuadas as correções necessárias.

Parágrafo Décimo - No caso de devolução do documento de cobrança, é suspensa a contagem do prazo para pagamento de que trata o Parágrafo Quinto, sendo reiniciada a partir da apresentação do documento corrigido ou substituído, não incidindo o MINISTÉRIO DA DEFESA em mora enquanto não for feita essa reapresentação.

Parágrafo Décimo Primeiro - A devolução do documento de cobrança não aprovado ou a sustação do pagamento pelo MINISTÉRIO DA DEFESA, na forma desta Cláusula, não constitui motivo para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços ou deixe de cumprir suas obrigações referentes ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Dos pagamentos devidos pelo MINISTÉRIO DA DEFESA podem ser deduzidos impostos e contribuições sujeitos a retenção na fonte e valores referentes ao descumprimento de estipulações contratuais.

Parágrafo Primeiro – Sendo a CONTRATADA não optante pelo Simples Nacional, são deduzidos na fonte, conforme legislação específica, os seguintes impostos e contribuições, além de outros que vierem a ser criados, nos percentuais determinados pela legislação vigente:

- I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ;
- II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- III - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins;
- IV - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep;
- V - Contribuição para a Seguridade Social e encargos previdenciários;
- VI - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

Parágrafo Segundo - O MINISTÉRIO DA DEFESA pode efetuar a retenção ou glosa do pagamento de qualquer documento de cobrança, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- I - execução parcial, defeituosa ou insatisfatória dos serviços que resulte no aproveitamento de apenas parte do trabalho;
- II - inexecução total ou execução defeituosa ou insatisfatória dos serviços que resulte na perda total do trabalho;
- III - não utilização de materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilização em qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- IV - descumprimento de obrigação relacionada ao objeto do ajuste que possa ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária do MINISTÉRIO DA DEFESA.

X – RESPONSABILIDADE DE TITULARIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A CONTRATADA garante ao MINISTÉRIO DA DEFESA que os produtos fornecidos em consequência deste Contrato não infringem quaisquer patentes, direitos autorais, marcas, direitos exclusivos de representação ou *trade secrets*, responsabilizando-se a CONTRATADA, neste caso, por todas as despesas decorrentes de ação judicial ou processo iniciado contra o MINISTÉRIO DA DEFESA, por acusação da espécie, inclusive honorários advocatícios, custas e despesas processuais, perdas e danos diretamente causadas, devendo a CONTRATADA ser chamada a integrar o processo porventura movido contra o MINISTÉRIO DA DEFESA, para nele intervir nas condições e formas previstas em lei.

Parágrafo Primeiro – Se, em consequência de qualquer reclamação, ocorrer a interrupção temporária ou permanente no uso dos produtos fornecidos, a CONTRATADA será obrigada a indenizar o MINISTÉRIO DA DEFESA pelos prejuízos decorrentes dessa proibição.

Parágrafo Segundo - Qualquer reclamação feita ao MINISTÉRIO DA DEFESA, por infração de marcas e patentes será comunicada à CONTRATADA, que deverá assumir, à sua custa, a defesa da causa.

XI - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Este contrato pode ser alterado caso se comprove a necessidade de:

- I – modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II – modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, observados os limites legais;
- III – modificação do modo de fornecimento ou do regime de execução do objeto do contrato, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- IV – substituição da garantia de execução do contrato;
- V – modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação;
- VI – restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, no caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual;
- VII – alteração ou inclusão de obrigações contratuais, decorrentes de lei ou regulamentação federal;

XII - ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, em razão de fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o presente contrato pode ser ratificado e sub-rogado para a nova empresa, sem ônus para o MINISTÉRIO DA DEFESA, e com a concordância deste, com transferência de todas as obrigações aqui assumidas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Primeiro - É reservado ao MINISTÉRIO DA DEFESA o direito de decidir se mantém ou não a execução do contrato com empresa resultante da alteração social.

Parágrafo segundo - Em caso de cisão, o MINISTÉRIO DA DEFESA pode rescindir o contrato ou continuar sua execução, pelo prazo restante, com a empresa que, dentre as surgidas da cisão, melhor atenda às condições iniciais de habilitação.

Parágrafo Terceiro - Em quaisquer das hipóteses de que trata o caput, a ocorrência deve ser formalmente comunicada ao MINISTÉRIO DA DEFESA, na pessoa do gestor do contrato, anexando cópia do documento comprobatório da alteração social, devidamente registrada.

Parágrafo Quarto - A não apresentação do comprovante em até 5 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social sujeita a CONTRATADA à sanção de advertência e, persistindo a omissão, à rescisão do contrato, com aplicação de multa e das demais sanções previstas em lei.

XIII – RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - São causas de rescisão contratual, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento:

- I - a inexecução total ou parcial do contrato, na forma do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
- II - a utilização do trabalho de menores em desacordo com o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- III - o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia;
- IV - a persistência de irregularidade relativa à manutenção das condições de habilitação, verificada por meio de consulta ao SICAF a cada pagamento.

Parágrafo Primeiro - No caso de rescisão unilateral do contrato, fica assegurado à CONTRATADA o direito de:

I - defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação da irregularidade pelo MINISTÉRIO DA DEFESA;

II - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação da decisão rescisória do contrato no Diário Oficial da União.

Parágrafo Segundo - A intimação deve conter a indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes, o prazo para a apresentação de defesa prévia e a observação de que o processo tem continuidade independentemente de manifestação da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA reconhece expressamente os direitos do MINISTÉRIO DA DEFESA em caso da rescisão de que trata esta Cláusula.

XIV - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Podem ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão do direito de licitar e contratar com o MINISTÉRIO DA DEFESA, por prazo de até 2 (dois) anos;

IV - impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SicaF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Nenhuma sanção pode ser aplicada sem o devido processo administrativo e sem a observância do direito de defesa prévia e de recurso pela CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro - O prazo para apresentação de defesa prévia é de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação pelo MINISTÉRIO DA DEFESA.

Parágrafo Segundo - Nos casos em que a sanção aplicável for a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para apresentação de defesa prévia é de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - As sanções são aplicadas:

I - de advertência e multa (inclusive moratória), pelo Diretor do Departamento de Administração Interna;

II - de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar, pelo Diretor do Departamento de Administração Interna.

Parágrafo Único - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é proposta pelo Núcleo de Sanção Administrativa de Contratos, por intermédio do Diretor do Departamento de Administração Interna.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A sanção de advertência pode ser aplicada nos casos de infrações mais leves, por ter caráter meramente pedagógico, podendo ser aplicada cumulativamente com a sanção de multa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - O MINISTÉRIO DA DEFESA pode aplicar à CONTRATADA multa moratória e multa compensatória.

Parágrafo Primeiro - O recolhimento das multas pode ser feito por meio de:

I - pagamento direto no Sistema de Gerenciamento de Multas - SGM, utilizando boleto bancário emitido pelo MINISTÉRIO DA DEFESA;

II - dedução nos pagamentos devidos pelo MINISTÉRIO DA DEFESA;

III - dedução na garantia contratual e, caso o valor da multa seja superior ao da garantia, desconto da diferença nos pagamentos devidos pelo MINISTÉRIO DA DEFESA;

IV - cobrança judicial.

Parágrafo Segundo - As multas podem ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência, suspensão temporária, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A multa moratória pode ser cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento da obrigação principal ou acessória do objeto, inclusive na demora em atendimento de prazo estipulado pelo gestor e fiscais.

Parágrafo Primeiro - Na primeira ocorrência, cumulativamente com a sanção de advertência e a critério do MINISTÉRIO DA DEFESA, a multa moratória será calculada à razão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor do documento de cobrança correspondente à obrigação em atraso.

Parágrafo Segundo - Por se tratar de reincidência, a partir da segunda ocorrência, a multa de mora será calculada à razão de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor do documento de cobrança correspondente à obrigação em atraso.

Parágrafo Terceiro - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo Quarto - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, na apresentação da garantia, autoriza o MINISTÉRIO DA DEFESA a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - A multa compensatória pode ser aplicada nas seguintes situações e percentuais:

I - 5% (cinco por cento), calculada sobre:

a) o valor do contrato, por não apresentar a documentação exigida para sua assinatura;

b) o valor da obrigação não cumprida, por interrupção da execução do contrato, sem prévia autorização do MINISTÉRIO DA DEFESA;

c) o valor do contrato, por não apresentar a garantia estipulada no instrumento convocatório.

II - 10% (dez por cento), calculada sobre:

a) o valor da obrigação não cumprida por inexecução parcial;

b) o valor total do instrumento contratual por inexecução total.

Parágrafo Único - As multas cobradas não indenizam eventuais perdas e danos, os quais podem ser objeto de cobrança administrativa ou judicial, desde que apurados em processo administrativo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - A suspensão do direito de licitar e contratar com o MINISTÉRIO DA DEFESA pode ser aplicada se, por culpa ou dolo, a CONTRATADA prejudicar a execução do contrato.

Parágrafo Único - O direito de licitar e contratar com o MINISTÉRIO DA DEFESA pode ser suspenso pelos seguintes prazos:

I - de 1 (um) a 6 (seis) meses, caso a CONTRATADA:

a) atrase o cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, acarretando prejuízos ao MINISTÉRIO DA DEFESA;

b) execute de forma insatisfatória do objeto do contrato, se antes tiver sido aplicada sanção de advertência ou de multa.

II - de 7 (sete) meses a 2 (dois) anos, caso a CONTRATADA:

a) não conclua os serviços contratados;

b) execute os serviços em desacordo com as Especificações Básicas, constantes no Anexo 1 do Edital do Pregão Eletrônico Demap nº 88/2018, não efetuando sua correção após solicitação do MINISTÉRIO DA DEFESA;

c) cometa quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao MINISTÉRIO DA DEFESA, ensejando a rescisão do contrato por sua culpa;
d) demonstre, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o MINISTÉRIO DA DEFESA, em virtude de ilícitos praticados;

e) pratique, na execução do contrato, ato capitulado como crime pela Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, a CONTRATADA pode ser impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, se:

- I - não mantiver a proposta;
- II - deixar de entregar a documentação exigida;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- V - falhar na ou fraudar a execução do contrato;
- VI - comportar-se de modo inidôneo;
- VII - cometer fraude fiscal.

Parágrafo Único - O impedimento de licitar e contratar com a União produz descrédito no SicaF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores por igual período.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Na aplicação das sanções de que tratam as Cláusulas Vigésima Sexta e Vigésima Sétima, o MINISTÉRIO DA DEFESA deve levar em consideração a gravidade da infração e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - A declaração de inidoneidade pode ser aplicada caso a CONTRATADA:

- I - cause prejuízo ao MINISTÉRIO DA DEFESA por má-fé, ação maliciosa e premeditada;
- II - atue com interesses escusos;
- III - reincida em falhas punidas com outras sanções;
- IV - sofra condenação definitiva por fraude fiscal, por meios dolosos, no recolhimento de quaisquer tributos referentes aos serviços de que trata o contrato;
- V - pratique ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- VI - demonstre não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o MINISTÉRIO DA DEFESA, em virtude de ilícitos praticados;
- VII - reproduza, divulgue ou utilize, sem consentimento prévio do MINISTÉRIO DA DEFESA, qualquer informação a que tenha acesso em decorrência da execução do contrato.

Parágrafo Único - A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade competente.

XV - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - Ocorrendo rescisão do contrato ou aplicação de sanções, é garantido à CONTRATADA o direito de apresentar recurso ou pedido de reconsideração, por escrito, sendo o prazo contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da comunicação da decisão ou de sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo Primeiro - Na comunicação de que trata o *caput*, devem ser informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso.

Parágrafo Segundo - Nos casos de rescisão do contrato e de aplicação das sanções de advertência, multa e suspensão do direito de licitar e contratar com o MINISTÉRIO DA DEFESA ou com a União, o prazo para recurso é de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro - No caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para o pedido de reconsideração, dirigido ao Ministro de Estado do Ministério da Defesa, é de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Quarto - O recurso ou pedido de reconsideração, endereçado à autoridade competente para sobre eles decidir, deve ser:

- I - encaminhado para Gilberto Barrios da Silva (gilberto.barrios@defesa.gov.br), quando em forma eletrônica;
- II - entregue mediante recibo no Protocolo do MINISTÉRIO DA DEFESA, na Esplanada dos Ministérios, Bloco Q - CEP 70049-900 - Brasília - DF, nos dias úteis, das 9 às 18 horas, quando em papel.

XVI - GARANTIA CONTRATUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, a critério do MINISTÉRIO DA DEFESA, contados da data da assinatura do contrato, para apresentar garantia no valor de **R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

Parágrafo Primeiro - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, visa assegurar o pagamento de:

- I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- II - prejuízos diretos causados ao MINISTÉRIO DA DEFESA, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- III - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA à CONTRATADA.

Parágrafo Segundo - Caso a CONTRATADA opte pela modalidade seguro-garantia, esta somente será aceita se contemplar todos os incisos indicados no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, observada a legislação que rege a matéria.

Parágrafo Terceiro - A inobservância das condições de garantia sujeita a CONTRATADA às sanções previstas no Título XV (Sanções administrativas) desse contrato.

Parágrafo Quarto - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - A garantia somente é liberada ou restituída mediante solicitação da CONTRATADA, desde que integralmente cumpridas as obrigações assumidas no contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive multas contratuais, a CONTRATADA fica obrigada a fazer a reposição, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento de comunicação do MINISTÉRIO DA DEFESA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - A alteração do valor do contrato, por qualquer motivo, implica a atualização do valor da garantia, no percentual estabelecido na Cláusula Trigésima Primeira, obrigando-se a CONTRATADA a complementá-la, se necessário.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - A garantia é considerada extinta:

- I - após o término da vigência do contrato ou do prazo adicional estabelecido no instrumento convocatório, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

II - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do MINISTÉRIO DA DEFESA, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - O MINISTÉRIO DA DEFESA executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS CLÁUSULA

TRIGÉSIMA SEXTA - É vedado à CONTRATADA:

I - caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira;
II - interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do MINISTÉRIO DA DEFESA, salvo nos casos previstos em lei;

III - subcontratar, no todo ou em parte, os serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Único - Não caracteriza subcontratação a eventual utilização de serviços de terceiros, às expensas e sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, que permitam a esta executar diretamente o objeto do contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - Quaisquer comunicações referentes ao contrato devem se dar por troca de correspondências.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - O valor global estimado do presente ajuste é de **R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - Os recursos do contrato têm a seguinte identificação orçamentária:

Classificação Funcional Programática	0512221082000001
Programa de Trabalho Resumido (PTR)	107236
Natureza de Despesa	449052
Nota de Empenho	2019NE801009 de 3/6/2019.

Parágrafo Único - Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às obrigações da mesma natureza, sendo a alocação feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Alterações ao presente instrumento devem ser formalizadas mediante termo aditivo assinado pelas partes e por testemunhas, observada a legislação de regência, ressalvadas as seguintes situações, ajustáveis mediante simples apostilamento:

- I - atualização, compensação ou penalização financeira decorrente das condições de pagamento previstas neste contrato;
- II - o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido;
- III - a mudança de fonte de recursos inicialmente prevista no contrato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal para a solução de questões oriundas do contrato, renunciando as partes, desde já, a qualquer outro a que, porventura, tenham ou possam vir a ter direito.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pelo Contratante:

ADRIANO PORTELLA DE AMORIM
Diretor do Departamento de Administração Interna

Pela Contratada:

GUSTAVO CATALINO MARECOS LEIVA
Representante da Empresa

Testemunhas:

GILBERTO BARRIOS DA SILVA
Gestor

ALYSSON SANTOS FERREIRA
Fiscal Técnico



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Catalino Marecos Leiva, Usuário Externo**, em 11/06/2019, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Barrios da Silva, Coordenador(a)**, em 11/06/2019, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alysson Santos Ferreira, Técnico**, em 11/06/2019, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Portella de Amorim, Diretor(a)**, em 11/06/2019, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **1669741** e o código CRC **9C516033**.



LICITE BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 27.184.259/0001-96, valor total R\$ 36.384,00; item 168 em favor da empresa CHARLEI BONI, CNPJ nº 28.719.518/0001-07, valor total R\$ 16.752,00; itens 53, 65, 103, 121, 141 e 203, em favor da empresa LIDER FOODS LTDA, CNPJ nº 28.728.486/0001-06, valor total R\$ 7.869,80; item 55 em favor da empresa FICA BEM ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 72.388.465/0001-72, valor total R\$ 132,40; itens 2 a 4, 9, 17, 32, 35, 41, 66 a 68, 72, 77, 96, 133, 140, 143, 144, 147, 172, 173, 177 a 179, 187, 197, 201 e 219, em favor da empresa REFISERVI REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ nº 73.373.243/0001-49, valor total R\$ 130.382,49.

FERNANDO ANTONIO ALMEIDA COELHO
Ordenador de Despesas

(SIDE - 12/06/2019) 744030-00001-2019NE000019

**DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO
BASE DE HIDROGRAFIA DA MARINHA EM NITERÓI**

**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 45/2018**

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 63999001425201806, publicada no D.O.U de 30/04/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ferramentas para atender as oficinas elétrica, metalurgia, carpintaria e refrigeração da Base de Hidrografia da Marinha em Niterói (BHMN), localizadas no Complexo Naval da Ponta da Armação (CNPA). Novo Edital: 13/06/2019 das 08h30 às 11h30 e de 13h30 às 15h30. Endereço: Rua Barao de Jaceguai, S/nº Ponta da Armação - NITERÓI - RJ Entrega das Propostas: a partir de 13/06/2019 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/07/2019, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARIO ORLANDO DE CARVALHO JUNIOR
Ordenador de Despesas

(SIDE - 12/06/2019) 751212-00001-2019NE000010

**DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DE SAÚDE
CENTRO MÉDICO ASSISTENCIAL
POLICLÍNICA NAVAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 10/2019 - UASG 765704**

Processo: 63065000439201916. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de material médico-cirúrgico para abastecimento da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (PNNNG), Policlínica Naval de Niterói (PNN), Policlínica Naval de Campo Grande (PNCG) e Ambulatório Naval da Penha (ANP). Total de Itens Licitados: 00171. Edital: 11/06/2019 de 08h30 às 11h00 e de 13h30 às 15h30. Endereço: R. Conde de Bonfim, n 54 - Tijuca, Rio de Janeiro RIO DE JANEIRO - RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/765704-05-10-2019. Entrega das Propostas: a partir de 11/06/2019 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/06/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARCIUS BATISTA DA SILVEIRA
Ordenador de Despesas

(SIDE - 12/06/2019) 765704-76570-2019NE339030

HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2019 - UASG 765720

Processo: 63148000481201917. Objeto: Aquisição de stent intracraniano totalmente reposicionável e destacável visando apoiar a massa embólica com efeito de tromboectomia mecânica com coils a fim de manter uma artéria totalmente pérvia para vasos de 2,0 a 5,5cm de diâmetro, comprimento total de 29 a 42mm, zona retrátil de 15 a 30mm, com diâmetro de 4 a 6mm e comprimento de 15,20 e 30mm, apresentando 3 ou 4 marcas distais e 1 proximal, acompanha cabo destacador. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Guardar a segurança e evitar prejuízo à saúde do paciente Declaração de Dispensa em 12/06/2019. ALEXANDRE RODRIGUES VIVEIROS. Ordenador de Despesa. Ratificação em 12/06/2019. HUMBERTO GIOVANNI CANFORA MIES. Diretor. Valor Global: R\$ 19.800,00. CNPJ CONTRATADA : 39.905.948/0001-21 ANGIOCENTER IMPORTACAO E EXP.DE MAT HOSPITALAR LTDA.

(SIDE - 12/06/2019) 765720-00001-2019NE000026

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2019 - UASG 765720**

Processo: 63148003720201818. Objeto: Aquisição de Material Cirúrgico para Clínica de Neurocirurgia.. Total de Itens Licitados: 163. Edital: 13/06/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Rua Cesa Zama, 185 -, Lins de Vasconcelos - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/765720-5-00027-2019. Entrega das Propostas: a partir de 13/06/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/06/2019 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

GILADE TEIXEIRA DA ROCHA
Pregoeiro

(SIASGnet - 12/06/2019) 765720-00001-2019NE000026

**RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONVITE Nº 1/2019**

A Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 140/HNMD de 16/05/2019 torna público o Julgamento dos documentos de Habilitação (qualificação técnica) do Convite nº 01/2019, julga habilitada a empresa: Arghos Consultoria e Projetos EPP. Caso não haja intenção de recurso, a data de abertura das Propostas será às 9h, em 17/06/2019, no endereço: Rua Cezar Zama, nº 185, Lins de Vasconcelos, CEP 20725-090 - Rio de Janeiro - RJ, no 4º andar, na Divisão de Aquisição e Contratos.

CT (IM) GILADE TEIXEIRA DA ROCHA
Presidente da Comissão

**SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ABASTECIMENTO
CENTRO DE CONTROLE DE INVENTÁRIO
BASE DE ABASTECIMENTO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO
DEPÓSITO DE COMBUSTÍVEIS DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO**

AVISO DE PENALIDADE

É intenção da BASE DE ABASTECIMENTO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO, CNPJ 00.394.502.0343-91, sancionar a empresa ULTRAMIX COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA., CNPJ 30.863.451/0001-13, com a penalidade de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO E DESCRENCIMANTO NO SICAF pelo prazo de quatro meses, conforme o artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e no inciso I, art. 2º da Instrução Normativa nº 1/2017, da Secretaria-Geral da Presidência da República, por não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de convocação e não mantendo assim a proposta para o PE nº 02/2018, NUP 63343.001049/2018-56. Outrossim, informa-se ainda que é facultada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis a contar da presente publicação.

CMG (IM) MARCELLO NOGUEIRA CANUTO
Ordenador de Despesas

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2018 - UASG 771100**

Processo: 63343002802201821. Objeto: O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual aquisição de Empilhadeira Elétrica Retrátil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 13/06/2019 das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Endereço: Avenida Brasil, 10.500, Olaria - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/771100-5-00045-2018. Entrega das Propostas: a partir de 13/06/2019 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/06/2019 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

MARCELLO NOGUEIRA CANUTO
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 12/06/2019) 771100-00001-2019NE000355

**AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 3/2019**

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 63021000145201909. Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação do serviço de manutenção geral das Chatas Gaivota e Garça, mediante as condições técnicas obrigatórias, quantidades, exigências e especificações estabelecidas nesse instrumento, para manutenção da frota do Depósito de Combustíveis da Marinha no Rio de Janeiro.

JESUS AMARILDO FUZETO
Pregoeiro

(SIDE - 12/06/2019) 771210-00001-2019NE000006

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO: 79000/15-02/04; Contratante: Diretoria do Patrimonio Historico e Documentacao da Marinha; Contratada: Assosiação Paraense de Cultura; CNPJ: 76.659.820/0001-51, Valor: R\$ 1.318,56; Vigencia 30/04/2019 a 30/04/2020; Data da Assinatura 30/04/2019;

CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Registrador: Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha; Ata de Registro de Preços do PE nº 78000/004/2018, NUP: 63997.001173/2018-27, cujo objeto é o eventual fornecimento de material de limpeza. Empresas vencedoras: AJURDY DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA, CNPJ 09.102.265/0001-75, vencedora dos itens 18 e 27; LAFNE COMÉRCIO E BAZAR LTDA, CNPJ 12.698.563/0001-84, vencedora dos itens 6 e 11; MULTIART DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 16.964.434/0001-41, vencedora dos itens 23 e 34; LIMP MED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS ORTOPÉDICOS LTDA, CNPJ 19.542.911/0001-79, vencedora dos itens 5, 14, 17, 20, 21, 31, 33, 38, 39 e 40; SHERIDAN RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 19.932.323/0001-41, vencedora dos itens 2, 13, 16, 22, 24, 25, 28, 29, 30 e 41; RT EDITORA E DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 21.051.277/0001-13, vencedora do item 1; LEONARDO N DI SANTO MATERIAIS E SERVIÇOS, CNPJ 27.370.044/0001-60, vencedora dos itens 8, 19 e 35; ULTRA PRESTADORA DE SERVIÇOS E DISTRIBUIDORA EIRELI, CNPJ 28.451.658/0001-39, vencedora dos itens 3, 4, 7, 10, 15 e 26. Valor Global: R\$ 360.338,80. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº EGPN-27/2017-0028/05

Contratante: Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, CNPJ nº 27.816.487/0001-31; Contratada: Indústria Naval do Ceará S/A - INACE.; CNPJ nº 07.326.937/0001-09; Espécie: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº EGPN-27/2017-0028/00; Objeto: Modificação das cláusulas: 13ª (Dos Prazos) e 14ª (Das Garantias) do Contrato Inicial; Prazo de Vigência: 13/12/2017 a 16/06/2021; Data de Assinatura: 28/05/2019.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2019 - UASG 110404

Processo: 60586000383201922.

PREGÃO SRP Nº 88/2018. Contratante: MINISTERIO DA DEFESA - CNPJ Contratado: 72381189000625. Contratado : DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA - Objeto: Aquisição de dezesseis microcomputadores notebooks ultrafinos com docking station, bem como licenças de software e os respectivos serviços de suporte, assistência técnica on-site e garantia por 60 (sessenta) meses. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993 e legislação complementar. Vigência: 11/06/2019 a 10/06/2020. Valor Total: R\$126.000,00. Fonte: 100000000 - 2019NE801009. Data de Assinatura: 11/06/2019.

(SICON - 12/06/2019) 110404-00001-2019NE800092

